



PROVA SUBJETIVA

GRUPO I – CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO.

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

O controle jurisdicional de constitucionalidade: origem histórica, evolução da doutrina no Brasil e configuração atual no sistema constitucional vigente.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Pode o Congresso Nacional, através de Emenda Constitucional, abolir a estabilidade do servidor público? Fundamente sua resposta.
2. Explique o que significam os princípios constitucionais da legalidade e da igualdade perante a lei.
3. Procurando dar ao caso solução afinada com o interesse público, um Administrador resolve punir um mau servidor publico, que praticara várias faltas, com a sua remoção, de Brasília para o interior da Amazônia. Analise, sinteticamente, a conduta administrativa acima descrita sob o ponto de vista do princípio da finalidade.
4. Fale, sinteticamente, sobre o principio da razoabilidade como limitação ao poder discricionário.
5. É legítima a exigência pela empresa fabricante do recolhimento antecipado do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incidente na revenda de veículos automotores, pela concessionária, sob o regime de substituição tributária? Justifique.
6. O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, cuja legislação que o instituiu é considerada compatível com o novo ordenamento constitucional, deve ser qualificado em que modalidade do gênero tributário? Por que?



PROVA SUBJETIVA

GRUPO II – ECONÔMICO, CIVIL, PROCESSUAL CIVIL.

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Concentração econômica. Monopólios privados, oligopólios e trustes.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Pela Lei 8.884, de 11.6.94 (Lei Antitruste), as decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica são irrecuráveis no âmbito do Poder Executivo (art. 50). Malgrado essa expressa proibição, recurso é admitido e a eficácia da decisão é suspensa. Em parecer, em ação ajuizada sobre o tema, sustentar-se-á a intangibilidade da decisão do CADE, preservando-a das injunções político-econômicas e respeitando a autonomia do órgão, ou, como arrimo nos direitos e garantias, a admissibilidade da irresignação? Justifique.
2. Defina o regime jurídico das empresas estatais prestadoras de serviços públicos.
3. Conceitue capacidade e legitimação e aplique tais conceitos em matéria contratual.
4. Quais os modos de aquisição da propriedade que são peculiares aos bens imóveis ou aos bens móveis e quais os que são comuns?
5. MARIA, residente em Porto Alegre, propõe na Comarca de São Paulo, foro do domicílio de JOÃO, seu marido, ação de separação judicial fundada em abandono de lar. Na resposta, JOÃO levanta as seguintes preliminares:
 - a) incompetência de foro, em face da regra do art. 100, inciso I, do Código de Processo Civil;
 - b) exceção de compromisso, porque haiva convenção no sentido de que a lide fosse solucionada através de júízo arbitral; e
 - c) impossibilidade jurídica de pedido, de vez que fora MARIA que abandonara o lar conjugal.

Responda, justificadamente, (a) como o juiz deve decidir as referidas preliminares e (b) qual a natureza da ação proposta ?

6. Em que diferem a fraude contra credores e a fraude à execução ?



PROVA SUBJETIVA

GRUPO III – ELEITORAL, PENAL, PROCESSUAL PENAL

PRIMEIRA PARTE

Situação Problema

Em recente vestibular, realizado para a Faculdade Y, entidade particular de ensino, o Deputado Estadual J, pai de vestibulanda, contrata o professor X para que, inscrevendo-se e fazendo a prova de Biologia, saia logo do recinto e depois, por sistema eletrônico, transmita à jovem L, filha do Deputado Estadual, as respostas corretas. L tem 18 anos e assim realizou a prova de Biologia. O jornalista Z, descobriu o narrado. Pela televisão noticia sua descoberta, descreveno a situação acima feita, e aduzindo : **”J é safado e marginal, caros relespectadores.”** J representa a M, Procuradoras da República, para que esta ofereça denúncia por calúnia, difamação e injúria contra Z.

O que você faria, se Procurador da República, analisando todos os aspectos de Direito Penal e de Direito Processual Penal que a situação problema traz ?

SEGUNDA PARTE

Questões

1. O que significa o “sigilo do voto, qual sua fundamentação legal e constitucional, e como deve ser assegurado ?
2. Explique o que significa abuso de poder econômico em matéria eleitoral de acordo com a ordem jurídica vigente.
3. O Procurador da República Y denuncia J, Prefeito Municipal, ante o Juízo Federal da 2ª Vara. Tipifica a conduta do Prefeito na alínea d, do artigo 95, da Lei 8.212/91. O advogado de J suscita :
 - a) incompetência do juízo, posto que o foro adequado seria o Tribunal de Justiça;
 - b) atipicidade criminal do evento : o tipo penal desfaz-se, porque equiparado à apropriação indébita e tendo o Prefeito recolhido o devido antes do recebimento da denúncia situação verdadeira;
 - c) Por ser tal ilícito delito próprio, só possível de ter como sujeito ativo as pessoas descritas no §3º do aludido artigo 95, o Prefeito Municipal é parte ilegítima passiva *ad causam*.Comente, justificadamente, os tópicos dessa argumentação.
4. Após explicar o que é a *reformatio in pejus* indireta, responda : uma vez deferido o protesto por novo juri, é possível que, no novo julgamento, seja fixada a sanção criminal acima da pena recebida pelo réu no anterior ? Justifique sua resposta.

5. Denúncia oferecida pelo Procurador da República **J** descreveu que **C** importava da Colômbia certa quantidade de cocaína, vendendo-a em quarteirão próximo à escola **H**. Tipifica o evento como venda : artigo 12, *caput*, da Lei 6.368/76. O Juiz Federal **T** rejeita a denúncia, declarando-se incompetente, porque o ato de vender não traduz interesse federal. Dada essa situação você recorreria ? Quer diga sim, quer diga não, apresente os fundamentos de sua manifestação.

6. É sabida a controvérsia jurisprudencial sobre se, nos delitos de estelionato e falso, por exemplo, alguém que falsifique carteira de trabalho, apresentando considerável salário a comprar bens de consumo, com emissão, assim, fraudulenta de cheque – há concurso de crime ou conflito aparente de normas ? Qual é a sua posição a respeito ? Justifique-a.